COSTUMES MATRIMONIAIS ENTRE JAPONÊSES E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL ¹

Lúcia Wollet de Mello

(Escola Normal Major Juvenal Alvim, Atibaia)

No Japão, ao que tudo indica, os padrões relativos ao casamento estão sofrendo profunda transformação, mormente pela influência americana após a última guerra. Por outro lado, pode-se sentir sua “fôrça” no comportamento e nas atitudes dos japoneses e seus descendentes no Brasil, mesmo quando em vias de aculturação.

Na sociedade japonesa tradicional, dada a importância atribuída à família, quando o jovem atinge a maioridade, exerce-se sobre ele forte pressão no sentido de que contraia matrimônio ². Êste ato representa a maneira pela qual o indivíduo sem liames (pelo fato de ser solteiro) passa a estabilizar-se, a “criar raízes” pela constituição de seu próprio grupo familiar. O celibato só encontra justificativa quando o indivíduo delibera aperfeiçoar-se no plano intelectual, artístico ou filosófico.

No tocante à mulher, compreende-se que a pressão seja ainda maior, sendo-lhe vedado o direito de adquirir propriedades e ter independência econômica; a única via aberta à estabilidade econômica e à posse de propriedade é o casamento. Aliás, pode-se ver a “carreira” feminina como sucessão de dependências da autoridade masculina: a princípio, do pai ou do irmão mais velho, depois do espôso e, finalmente, quando viúva, do filho mais velho.

Os casamentos devem ser homogâmicos, porquanto se considera que a diversidade de hábitos, usos e costumes impede a adaptação das personalidades em jôgo. Devido a êste pressuposto, na Casa Imperial os casamentos eram feitos na base da consangüinidade.

Quando uma família tem filhos em idade de casar, busca o **nakodo** ou intermediário ³, cuja atribuição é contratar casamento entre os membros da própria comunidade ou de comunidades diferentes. Às vezes existem **nakodo** por parte da noiva e por parte do noivo ⁴, que visitam os pais dos futuros nubentes a fim de proporcionarem ocasiões de os jovens se encontrarem e conhecerem. Êste encontro, chamado **miai**, pode ter lugar num chá ou num almôço, com a participação dos intermediários. Se os jovens sentem inclinação mútua, os pais se informam a respeito dos antepassados do pretendente: se não houve entre eles pessoas portadoras de lepra, sífilis, moléstias mentais ou qualquer outra doença grave, bem como se não

existem “eta”⁵, sapateiro, lixeiro, peixeiro, enfim, pessoas que tenham exercido profissões consideradas pouco nobilitantes em comparação com a agricultura. Torna-se desnecessária esta “busca” quando os jovens são da mesma aldeia ou cidade.

Marca-se, então, o **yome-iri** (**yome**, noiva; **iri**, do verbo **iruquer**, entrar) ou seja, “a introdução da noiva” no casamento. Nesta ocasião, a noiva veste um quimono especial, confeccionado para tal fim.

O casamento é cerimônia doméstica⁶, realizada na casa do noivo; a ela assiste quase toda a coletividade, e os **nakodo** ocupam aí posição de destaque. Consta de três trocas de três doses de **sake** (bebida alcoólica feita de arroz) entre os noivos e chama-se **san-san ku do** (três-três, nove vezes). Há discursos, comestíveis, libações de **sake** e canções de casamento. Lavra-se uma espécie de ata, assinada por duas testemunhas (quase sempre os **nakodo**) e depois registrada na prefeitura.

A nubente passa, então, a viver com a família do marido. Mas se o casamento fracassar (e há motivos previstos pelos quais se pode considerar um matrimônio fracassado, autorizando o divórcio), haverá o **ku fu ni wan**, “a devolução da espôsa”. Para isso, os cônjuges assinam uma declaração de não mais pretenderem continuar vivendo juntos, que se chama **mi ku da ri kan** (três linhas verticais e metade da quarta). A declaração é registrada na prefeitura e por ela se dá o **ri en** ou divórcio (**ri**, separação, rompimento; **en**, liame, laço). A mulher volta então para a casa dos pais e espera nova oportunidade de contrair núpcias.

Em 1909 chegaram ao Brasil os primeiros 803 imigrantes japoneses que, desembarcando em Santos, se dirigiram para o interior do Estado de São Paulo. Chegaram depois novas levas de imigrantes, sendo que no período de 1924-1933 aportou em nosso país a maior onda imigratória, num total de 110.191 pessoas. A vinda de japoneses começou a decair desde então, cessando praticamente no período de 1942 a 1950. Pelo censo de 1940, verificou-se que 91,5% da população japonesa se estabeleceu no Estado de São Paulo e 5,6% no Paraná. Vinte e seis municípios paulistas e cinco paranaenses possuem núcleos japoneses.

A lei brasileira relativa à imigração japonesa restringia-a a “famílias” ou “casais” destinados à lavoura. Contudo, não conseguiu impedir a vinda de indivíduos solteiros que, graças ao **ko sei kazu ku** (simulação de casamento) conseguiram burlá-la. Segundo esta prática, havia um ajuste entre famílias com filhos casadoiros, simulava-se um casamento e obtinha-se, nos passaportes, o necessário visto do consulado brasileiro. Aqui chegados, os “casais” realizavam o **mi ku da ri kan** e o “casamento” estava desfeito.

No decorrer do tempo, porém, os imigrados solteiros começavam a sentir a necessidade de braços femininos nos trabalhos agrícolas. Para obter espôsa, dirigiam-se, então, aos **nakodo** que se mantinham em contacto com os

chefes de família de diferentes regiões do Estado. (Diga-se de passagem que, aqui como no Japão, a função de **nakodo** não chegou a constituir profissão, mas os indivíduos que a ela se dedicavam recebiam recompensas quer em dinheiro quer em forma de presentes⁷). Porém, aqui a situação era diferente: as moças representavam importante fator econômico no trabalho agrícola, sendo valiosíssimo o seu auxílio na economia doméstica, no acúmulo de riqueza, na própria ascensão social do grupo familiar, permitindo à família passar do status de colono ao de pequeno sitiante. Por isso, os pais avaliavam e pediam ao pretendente um preço correspondente à perda representada pela subtração da jovem no trato da terra. Havia noivas no valor de “**san** contos” (3 contos de réis), “**go** contos” (5 contos) e as mais preciosas valiam “**dju** contos” (dez contos)⁸.

Se o pai da noiva e o pretendente, por intermédio do **nakodo**, entravam em entendimento quanto ao valor da noiva, marcava-se a data do **miai**. Porém, como por vezes as distâncias eram grandes, uma simples troca de fotografias substituía este encontro e a data do casamento era logo fixada.

O casamento realizava-se segundo o ritual do **san-san |ku do**, com a diferença de a noiva não mais usar o clássico quimono e sim vestido branco, véu, grinalda, buquê de flôres de laranjeira, e o noivo, terno à ocidental. Fazia-se o registro do casamento no consulado japonês e às vezes no cartório civil da localidade, o que, aliás, era bastante raro.

Por outro lado, havendo motivo para divórcio, realizava-se o **mi ku da ri kan**, que era, também, registrado no consulado, e a esposa voltava para a casa dos pais com os filhos, se os houvesse. Continuava-se, portanto, no Brasil, a fazer a escolha da noiva nos moldes tradicionais japoneses e a realizar o casamento e o divórcio sob o controle de um representante legal japonês que sancionava as práticas do país de origem. O casamento de japoneses com brasileiros era desencorajado, como é de prever-se.

Apesar do isolamento geográfico, psíquico e cultural em que viviam as populações japonesas, certos fatores vieram contribuir para abalar os mores familiares e acarretar a desintegração das práticas prées ao casamento, conforme passaremos a examinar.

Os primeiros imigrantes japoneses no Brasil eram considerados súditos do Japão, razão por que os casamentos, nascimentos e óbitos tinham de ser registrados no consulado japonês. Tal situação perdurou até 1924, quando o governo imperial publicou novo edito, pelo qual os filhos de japoneses residentes no estrangeiro receberiam a cidadania japonesa se registrados no consulado no máximo 14 dias após seu nascimento (**Jornal Paulista**, 23 de fevereiro de 1957). Para exercer controle sobre os súditos japoneses no além-mar, subdividia-se a área habitada por eles em regiões, nomeando para cada uma delas um vice-cônsul, incumbido de orientar e controlar toda atividade da colônia.

Com a participação do Japão na guerra mundial em 1941, ao lado dos países do “eixo”, romperam-se as relações entre o Brasil e o Japão, cessando o controle do governo japonês sobre os seus súditos aqui residentes. Os cônsules e vice-cônsules perderam a sua função, sendo que alguns foram repatriados e outros tiveram de dedicar-se a atividades diferentes. Os registros nos consulados foram suspensos, o que levou os japoneses e seus descendentes a procurarem enquadramento na legislação brasileira.

Outro fator foi a evacuação, a que foram obrigadas as populações japonesas, durante a guerra, de áreas consideradas estratégicas (principalmente a zona litorânea). Essas populações fixaram-se nas proximidades dos grandes centros, como São Paulo, onde ampliaram os contactos com brasileiros.

Ademais, a boa situação econômica alcançada por certas famílias no interior facilitou aos **nisei** a busca dos canais de ascensão utilizados pelos brasileiros: abandonando as pegadas dos pais na agricultura, optaram pelas profissões liberais. O título de “doutor” favoreceu a ascensão do mulato no Brasil-Colônia e do filho do imigrante no período republicano, permitindo o casamento dos descendentes de ádvenas bem sucedidos com elementos das famílias de “quatrocentos anos”. Porém, no caso dos filhos de japoneses, estes procuram atingir posição de liderança dentro da própria colônia e, na medida em que se observa entre eles o acatamento da opinião dos mais velhos, não buscam, em geral, casamento com elementos das famílias tradicionais brasileiras, uma vez que não estão, eles próprios, interessados na quebra da barreira interposta ao casamento inter-étnico. Contudo, o título de doutor facilita-lhes escolher, dentro da própria colônia, noiva cujos pais estejam em boa situação financeira, facultando-lhes ascensão social mais rápida. Nesta camada, os **nakodo** não interferem tão decididamente como na dos agricultores, restringindo sua ação a conselhos e sugestões⁹.

Pela participação em “festinhas” e “associações”, os **nisei** têm oportunidade de se encontrar e de desenvolver namôro nos moldes ocidentais: podem sair juntos, ir ao cinema, fazer piqueniques, etc. Algumas vezes, fazem-no às escondidas dos pais; outras, os pais tomam conhecimento da “iniciativa” e a aceitam, tomando, porém, o necessário cuidado de, no caso de terminar em casamento, proceder, aqui ou no Japão, ao inquérito a respeito dos antepassados do pretendente, a que antes aludimos; finalmente, há casos em que os pais se conformam com todas as práticas que normalmente antecedem o casamento nas sociedades ocidentais, mas, na hora deste, reservam-se o direito de serem os árbitros absolutos (“Meu filho pode namorar a quem quiser; mas na hora de casar, eu escolho a noiva”), preferindo, é claro, e mesmo impondo noiva de sua própria etnia¹⁰.

Parece que se observa ainda, entre os descendentes de japoneses, uma oscilação entre as duas práticas: a do **san-san ku do**, que se registra no

consulado, e a do casamento civil, acompanhado da cerimônia na igreja católica. Pode ser que um casamento não dê certo e que, mesmo realizado no civil, seja desfeito. Neste caso, dada a valorização, na cultura japonesa, do status de casado, pode-se realizar novo matrimônio pela cerimônia do **san-san ku do** e registrá-lo no consulado, uma forma de legitimar a nova união perante a comunidade.

No caso de se realizar a cerimônia japonesa tradicional apenas, sem registro civil, muitas vezes os parentes da mulher, instruídos por advogados, interferem, pressionando no sentido da legitimação da união no cartório civil, como forma de fazer o marido enfrentar as responsabilidades impostas pela legislação brasileira, não “devolvendo a espôsa” se o matrimônio fracassar.

Finalizando, cumpre observar que os mores japoneses relativos ao casamento têm revelado bastante persistência no Brasil e que é principalmente nas populações agrícolas que o apêgo às expectativas dos **issei** é mais pronunciado. Na acomodação à nova situação nota-se que, muitas vezes, a observância da lei brasileira se prende à conveniência que a família da espôsa vê em defender-se contra a possível devolução desta no caso de um matrimônio sem êxito. Mas há também uma pequena parcela da população japonesa que exhibe atitude ambivalente, realizando o casamento segundo o código civil brasileiro e registrando-o ao mesmo tempo no consulado de seu país.

NOTAS

1) Na coleta dos dados aqui reunidos contei com a cooperação do Prof. J. Santana do Carmo, filho de japoneses e professor de japonês. Serviu-me de intérprete em entrevistas com imigrantes que não falavam o português. Graças aos seus profundos conhecimentos da cultura nipônica, pude compreender melhor certos problemas da aculturação dos japoneses.

2) O motivo que me levou a interessar-me pelo assunto aqui abordado foi justamente o fato de ter observado, convivendo com jovens japoneses, que ao atingirem a idade de 25 ou 26 anos, seus pais e os membros mais velhos de sua comunidade começavam a preocupar-se com seu estado civil de solteiros, acabando, com sua insistência, por induzi-los ao matrimônio. Esta pressão, que observei ser forte, fez-me pensar na persistência de um padrão nipônico mesmo entre descendentes de japoneses que pareciam mais libertos e aparentemente, pelo menos, em franco caminho de aculturação.

3) A respeito dos “nakodo” ou “nakaudo” diz Douglas G. Haring (“Japan and the Japanese”, in Ralph Linton (ed.) **Most of the World**, N. York, 1950): “Os casamentos tradicionalmente são arranjados pelo conselho familiar, do qual os futuros noivos não participam. Uma pessoa casada, talvez um parente do mesmo sexo que o candidato, é escolhida como intermediária. Auxiliados pelos mexericos, os intermediários que represen-

tam diferentes famílias, se encontram e discutem os possíveis casamentos. Os intermediários investigam a família de cada pretendente, indagam de seu status social e econômico, educação, gostos pessoais e hábitos, saúde e provável compatibilidade de cada candidato, e finalmente averigam os antecedentes da família com relação à lepra, sífilis, tuberculose e crime. Os intermediários... são sempre, permanentemente, responsáveis pelo novo lar. Fracasse o casamento em virtude de circunstâncias que não foram devidamente consideradas por um intermediário relapso e o negociador faltoso sofrerá rigoroso ostracismo social" (págs. 484-49). Mais adiante diz o mesmo autor: "O intermediário é indispensável em tôdas as negociações que envolvem relações com pessoas que não pertençam à família" (pág. 851).

4) Para uma descrição bastante detalhada do casamento no Japão, cf. Edward Norbeck, **Takashima. A Japanese Fishing Community**, Salt Lake City, 1954, págs. 174-185, se bem que, evidentemente, possa haver diferenças de detalhes quanto às práticas na zona rural e urbana, bem como nas diversas regiões do Japão. Quanto ao aspecto de que ora tratamos, diz este Autor que "em alguns casos, ambas as casas implicadas (do rapaz e da moça) contratam intermediários, de sorte que as negociações são feitas entre dois pares de **baishakunin** (ou **nakodo**)" (pág. 175).

5) Os "eta" constituem um minoria altamente desprestigiada no Japão, um verdadeiro grupo pária. Antes de sua liberação, em 1871, eram obrigados a viver em quarteirões determinados e a observar regulamentos especiais quanto ao vestuário e ao comportamento. Depois disso, embora legalmente "emancipados", permaneceram uma minoria socialmente subordinada e desprezada, tida como inerentemente estranha e inferior. São abertamente discriminados nas escolas, ocupações e casamento. Vivem numa comunidade socialmente segregada e isolada. Não caberia aqui tratar da origem deste grupo. Contudo, parece que se prende ao exercício de certas profissões (como, por exemplo, a de magarefe) que, quando se deu a difusão do Budismo no Japão, foram condenadas.

6) Segundo Douglas G. Haring (**op. cit.**), alguns casamentos modernos, à imitação do costume cristão, são realizados num altar shintoísta ou num templo budista, mas de preferência no primeiro, em virtude de sua associação com a fertilidade e a vida (enquanto os templos budistas são associados à morte e aos funerais). Também este autor dá uma versão um pouco diferente da cerimônia matrimonial: "Para legalizar um casamento, o pai da noiva obtém seu registro de nascimento na delegacia de polícia e o entrega ao pai do noivo, que o deposita em seu próprio **koseki** (registro de família) na delegacia de polícia apropriada. Desde então a noiva é um membro legal da família do noivo, sujeita ao controle do chefe da casa. Seus parentes afins podem divorciá-la, mesmo contra a vontade do marido, caso ela lhes desagrade" (pág. 849). Prosseguindo, relata este autor que por isso são comuns os casamentos experimentais, nos quais a cerimônia que acima relatamos é realizada: o casal passa a viver junto, mas o pai do noivo adia a transferência do registro até que se tenha provado o êxito do casamento. Na classe pobre, muitas vezes se dispensa a cerimônia, e, segundo Douglas G. Haring, "na zona rural, numerosos estudos revelam coincidência quase universal entre a data do registro do casamento e a do nascimento do primeiro filho" (pág. 849).

7) Edward Norbeck refere-se à existência de intermediários profissionais, que, entretanto, não eram apreciados em Takashima, preferindo-se o emprêgo de "amadores". Diz ainda que nessa comunidade se conside-

rava quase como dever humanitário atuar, pelo menos uma vez na vida, como **nakodo**, havendo mesmo pessoas que se destacavam neste papel, tornando-se conhecidas pela sua habilidade, interesse etc. Aliás, refere-se à importante contribuição feminina neste sentido e informa que, mesmo no caso de se encarregar um homem de servir de intermediário, a esposa sempre o ajudava, muito embora ele recebesse maior honra que ela por ocasião da festa do casamento. (**Op. cit.**, pág. 175).

8) Edward Norbeck (**op. cit.**) se refere ao **yuino**, ou dote de noivado em dinheiro, apresentado pela família do noivo à da noiva. Cabe ao **nakodo**, depois do **miai**, caso o futuro casamento interesse ainda a ambas as famílias depois deste encontro, estabelecer em quanto montará o dote. O **yuino** é entregue à família da noiva de maneira formal, altamente ritualizada, riquíssima em detalhes simbólicos, em três somas de dinheiro, cada qual embrulhada em separado. Uma delas se destina, tradicionalmente, às vestes de casamento, da noiva; outra é para o **sake**, e a terceira para o peixe, estes últimos a serem servidos na festa realizada no dia em que a noiva deixa sua casa. (Para uma visão mais completa de todo este ritual, v. págs. 177-8). Parece, portanto, que, mesmo diferindo as duas práticas, existe já no Japão um precedente, pelo menos formal, de se “pagar” um preço pela noiva, preço este negociado pelo **nakodo**.

9) Seiichi Izumi (“Aspectos da vida dos japoneses no Brasil”, **Memórias do I Painel Nipo-Brasileiro**, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1956, Tomo II, págs. 40-41) diz o seguinte: “...não sabemos com exatidão a ocorrência de intercassamentos entre os elementos da etnia japonesa e os de outras etnias; todavia, nos últimos dois ou três anos, a incidência parece ser intensa... Em termos gerais, o status da mulher brasileira que desposa marido japonês é ‘igual’ ou ‘superior’ ao do marido. Na zona rural, o status do marido brasileiro que desposa mulher japonesa é muitas vezes, bem ‘inferior’ ao da mulher. Há indícios de que quanto mais alto o nível de instrução escolar, maior é o índice de intercassamento. Por exemplo, entre os filhos de japoneses que se formaram nas faculdades de medicina, cerca da metade casou-se com elementos de outras etnias”.

10) Hiroshi Saito (“O suicídio entre imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo”, **Sociologia**, vol. XV, n.º 2, 1953, págs. 109-130), cita, entre 74 suicídios e 4 tentativas, 7 casos em que o motivo apontado foi “amor com brasileiros”. Trata-se de 5 rapazes e 2 moças, com idades variando entre 16 e 22 anos. Embora, nestes casos, a oposição dos pais pareça ter-se prendido ao nível social dos brasileiros em aprêço (no caso dos rapazes, duas das pretendentes eram prostitutas, duas eram empregadas domésticas da própria casa e uma, professora primária) diz Saito: “O namôro de nipo-brasileiros com os ‘brasileiros’ é, muitas vezes, alvo de censura por parte dos pais que vêem no casamento misto um acontecimento imprevisto nos seus padrões de comportamento, e assim, ante a barreira de oposição dos pais, os jovens nipo-brasileiros são forçados a fazer a escolha: ou fugir com a pessoa amada ou suicidar-se” (pág. 119).